

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E RESISTÊNCIA NA BACIA DO RIO DAS GARÇAS (MATO GROSSO): A PROPOSTA DA USINA HIDRELÉTRICA BOAVENTURA

Magno Silvestri¹

Patrícia Kolling²

RESUMO

Este trabalho versa sobre os conflitos socioambientais desenvolvidos a partir dos projetos para construção de usinas hidrelétricas no rio das Garças, Mato Grosso, Brasil. Em destaque a proposta da Usina Hidrelétrica (UHE) Boaventura, que pode ser instalada na região, atingindo os municípios de Barra do Garças, Pontal do Araguaia e General Carneiro. O projeto, apresentado às comunidades desses municípios gerou manifestações dos diferentes grupos sociais da região, entre eles ambientalistas, trabalhadores rurais, pescadores, professores, profissionais da área e indígenas, que ampliam a perspectiva de atingidos pela barragem, questionando a política desenvolvimentista do Estado brasileiro. Nesse sentido, o trabalho pretende apresentar um panorama geral dos conflitos socioambientais que surgiram a partir desse projeto, destacando as perspectivas de mobilização social e ações coletivas que constroem a resistência contra ao projeto de barramento do rio das Garças. A metodologia utilizada consiste na pesquisa participante, a partir de ações construídas conjuntamente com os membros da Frente Popular Rios Vivos (FPRV), criada a partir da mobilização da comunidade local ao tomar conhecimento do projeto. A FPRV realiza ações coletivas com o objetivo de mobilizar a sociedade sobre os impactos que a usina pode trazer as comunidades locais, afetando as diferentes formas de relação que se estabelecem com rio das Garças, tanto no âmbito econômico, de lazer, abastecimento como da cultura tradicional e espiritual que o rio representa. Na resistência ao projeto da UHE Boaventura, destacam-se estratégias que podem interromper o empreendimento, como a participação crítica em audiências públicas, a elaboração de pareceres técnicos de questionamento do Estudo de Impacto Ambiental, a proposta de projeto de lei de iniciativa popular que torna o rio das Garças patrimônio natural impedindo a construção de usinas hidrelétricas, e a mobilização a partir de mutirões nos bairros da cidade de Barra do Garças.

Palavras-chave: Conflito socioambiental, Rio das Garças, Ações coletivas

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema os conflitos socioambientais e a resistência dos grupos sociais em torno do projeto da Usina Hidrelétrica Boaventura, o principal projeto de uma série de barragens na sub-bacia do rio das Garças, pertencente a bacia hidrográfica do rio Araguaia. Tendo como objetivo geral destacar o processo político dos diferentes agentes

¹ Pós-graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF) - Campus Praia Vermelha.
Contato: magno.silvestri@gmail.com

² Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) - Campus Universitário do Araguaia.
Contato: patikolling@gmail.com

do governo e grupos sociais atingidos pelo projeto de barramento do rio das Garças. Para tanto, a metodologia utilizada consiste na pesquisa participante a partir do processo que emerge o conflito na arena pública, com a manifestação dos empreendedores, consultores ambientais, agência ambiental do governo e grupos sociais atingidos. Destacando assim, uma disputa a partir de uma linguagem de valoração, e do acesso e uso dos recursos naturais, do qual destacamos o socioambientalismo como perspectiva central.

O campo da ecologia política nos oferece a partir do debate dos conflitos ecológicos distributivos, uma ferramenta imprescindível para análise dos conflitos engendrados a partir do projeto da UHE Boaventura. Martinez Alier (2014, p. 113) esclarece “por distribuição ecológica são entendidos os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte da vida”.

Para trabalhar os conflitos socioambientais nos remetemos a Porto-Gonçalves (2015) que nos lembra que a categoria conflitos sociais nos evidencia a formação de classes e grupos sociais, e nos permite construir a partir do local uma marco teórico na relação sociedade e espaço. E destaca que:

[...] O conflito social nos oferece uma oportunidade de analisar as contradições da sociedade em seu estado prático independentemente das determinações que os engendra. O conflito social se mostrou um conceito rico ao nos oferecer a oportunidade de identificar os problemas da sociedade na exata medida em que eles são objeto da ação por aqueles que, assim, se tornam protagonistas. Assim, o conflito social se coloca como uma dimensão constitutiva fundamental para analisar qualquer “processo de democratização” (Porto-Gonçalves, 2015, p.01-02).

Little propõe a seguinte tipologia de conflitos com a ótica do socioambientalismo: “os conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais; os conflitos em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural; e os conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais”. O autor ainda propõe uma definição de conflitos socioambientais:

como disputas entre grupos sociais derivados dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural. O conceito de socioambiental engloba três dimensões básicas: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humanos e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos. (LITTLE, 2001, p. 107).

Partindo do debate com a categoria conflitos socioambientais, no trabalho são debatidos alguns aspectos conceituais da noção de atingido e a consequente evolução nos direitos dos atingidos, que podemos observar em Vainer (2008).

Outro aspecto abordado no trabalho refere-se às fragilidades observadas nos Estudo de Impacto Ambiental (Eia) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (Rima) da UHE Boaventura quanto a perspectiva sistêmica dos seres vivos impactados pelo empreendimento deixam lacunas que podemos tecer criticamente com o debate da questão ambiental por meio do pensamento sistêmico que encontramos em Capra (2002; 2006).

Já os grupos sociais atingidos e a resistência ao projeto, destacadamente a partir dos povos indígenas e das mobilizações de ações da Frente Popular Rios Vivos fazem um contraponto as propostas do empreendimento UHE Boaventura compondo uma série de organizações e indivíduos, que constroem o repertório do conflito.

A partir dos conflitos socioambientais do projeto da UHE Boaventura, emergem identidades de resistência ao projeto da barragem, destacadamente os povos indígenas Bororo e Xavante e os grupos sociais de trabalhadores rurais, pescadores e comunidade científica local e ambientalistas.

Dentre as ações coletivas contra o projeto, destaca-se a participação popular nas audiências públicas do empreendimento e as denúncias quanto a fragilidades do Eia Rima da UHE Boaventura quanto aos impactos nos grupos sociais atingidos, caracterizam parte das ações de resistência ao projeto a partir de ações coletivas da comunidade local dos municípios de General Carneiro, Pontal do Araguaia e Barra do Garças nas áreas de influencia do empreendimento, conforme Mapa 1.

A CONCEPÇÃO DE “ATINGIDO” POR BARRAGENS E O AVANÇO NOS SEUS DIREITOS

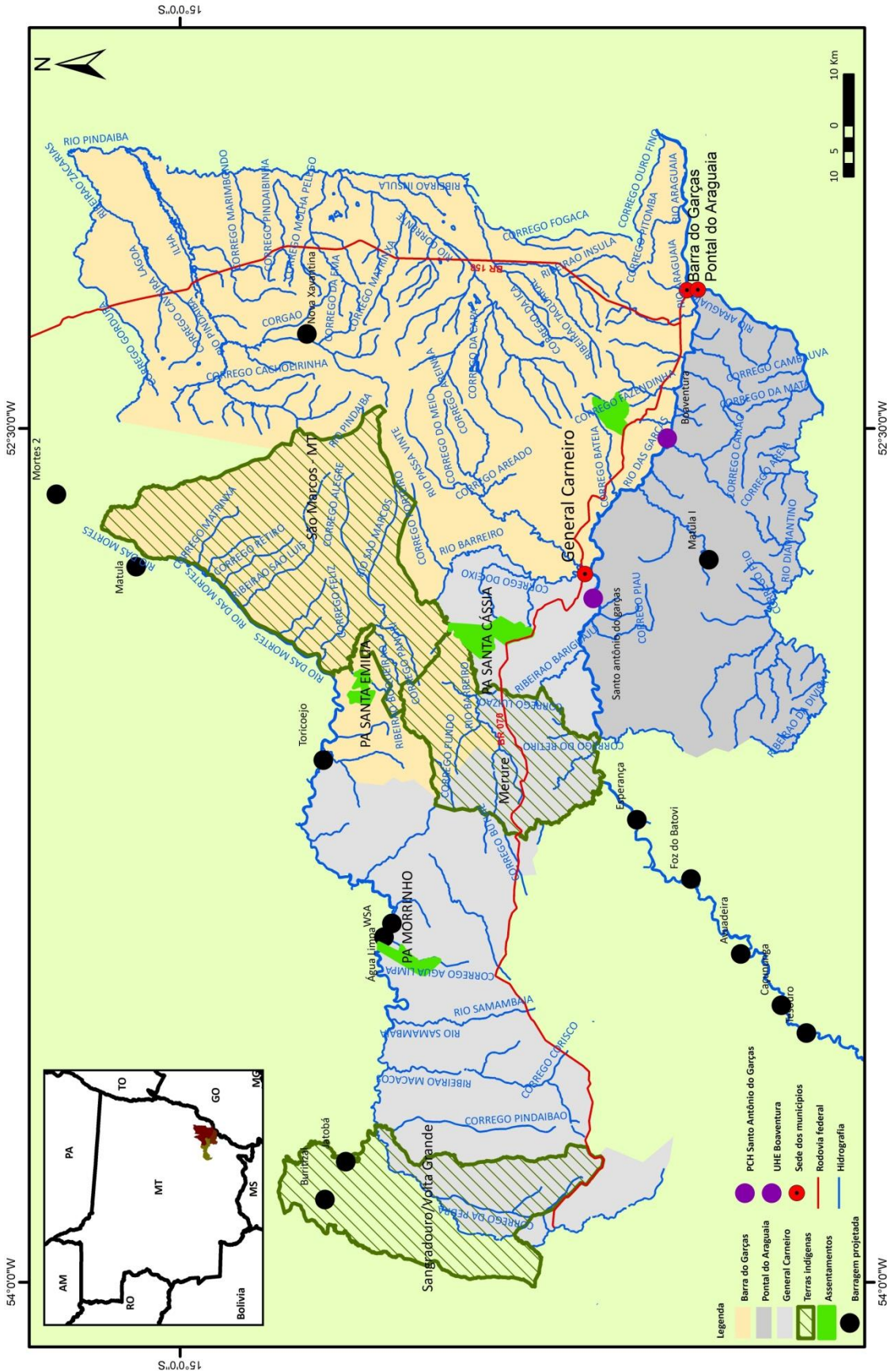
Vainer (2008) realiza uma ampla discussão acerca do conceito de “atingido” por empreendimento de barragens a partir de uma perspectiva que toma os avanços no campo do direito, como dos direitos humanos, ambientais, até que se identifique o direito dos atingidos. O autor destaca nesse sentido, que a noção de atingido “não nem meramente técnica, nem estritamente econômica”.

[...] a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras estabelecer que determinado grupo, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo –e, em alguns casos, como legal – sue direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária (p. 40).

Os direitos humanos na dimensão cognitiva são, entre outros, o direito de acesso a educação e ao conhecimento e a liberdade de expressão e opinião. Na dimensão social, o primeiro direito, nas palavras da Declaração dos Direitos Humanos da ONU, é o direito a vida, à liberdade e à segurança da pessoa. Estão inseridos aí o direito a justiça social, o direito a reunir-se pacificamente, o direito a integridade cultural e a autodeterminação.

Mas, o que isso tem haver com o projeto da hidrelétrica. Bem, se pensarmos que para integrar o respeito aos direitos humanos com a ética da sustentabilidade ecológica, precisamos perceber que a sustentabilidade tanto nos ecossistemas como na sociedade – não é uma propriedade individual (ou de um pequeno grupo de empreendedores), mas uma propriedade de toda uma teia de relacionamentos, que envolve “toda uma comunidade”. Uma comunidade humana sustentável interage com outros sistemas vivos – humanos e não humanos – de maneira a permitir que esses sistemas vivem e se desenvolvam cada qual de acordo com a sua natureza. No domínio humano a sustentabilidade é perfeitamente compatível com o respeito a integridade cultural, a diversidade cultural e ao direito básico das comunidade a autodeterminação e auto-organização.

Mapa 1 – Área de Influência do Empreendimento da UHE Boaventura



Elaboração: Francisco Sousa Lira.
Organização: Magno Silvestri.

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum SIRGAS 2000
Fonte: IBGE, DNIT, ANEEL e FUNAI

APORTES TEÓRICOS-POLÍTICOS DA QUESTÃO AMBIENTAL E A UHE BOAVENTURA

Uma das principais fragilidades do Eia Rima da Usina Hidrelétrica Boaventura, a ser instalada no Rio das Garças, é a forma fragmentada como os seres do meio físico, biótico e social são tratados, como se cada ser ou meio existisse sozinho, isolado dos demais.

Capra (2002, p. 163) destaca que existe uma diferença crucial entre as redes ecológicas da natureza e as redes empresariais da sociedade humana. Num ecossistema, nenhum ser é excluído na rede. Todas as espécies, até mesmo as menores dentre as bactérias, contribuem com a sustentabilidade do todo. Já no mundo humano da riqueza material e do poder, grandes segmentos da população são excluídos das redes globais e se tornam insignificantes do ponto de vista econômico. Assim age a ECBrasil ao ignorar as populações que vivem e sobrevivem junto ao rio das Garças. No Rima pouco se fala dos pescadores que deste rio tiram seu sustento e que terão sua renda diminuída. Nada fala das comunidades indígenas que vivem na bacia desse rio. Sobre as 108 propriedades e famílias que terão suas áreas de terra alagadas pela represa, o relatório faz menção, deixando clara a perspectiva dominante do sujeito atingido pelo empreendimento. Diz lá que essas famílias serão indenizadas pela área de terra que perderão.

Os impactos ambientais são inúmeros, e muitos deles irreversíveis, atingindo peixes, botos e a flora do rio. Capra (2006, p. 46), lembra que os os sistemas vivos são totalidades integradas cujas propriedades não podem ser reduzidas às de partes menores. “Suas propriedades essenciais ou “sistêmicas” são propriedades do todo, que nenhuma das partes possui. Elas surgem das “relações de organização” das partes, conseqüentemente as propriedades sistêmicas são destruídas quando um sistema é dissecado em um sistema isolado. Ou seja, se olharmos cada um desses impactos de maneira isolada estamos destruindo todo um sistema de vida social e ambiental de uma comunidade. “As propriedades das partes não são propriedades intrínsecas, mas só podem ser entendidas dentro do todo maior” (CAPRA, 2006, p. 46). O pensamento sistêmico é o pensamento contextual. Quando e onde o Eia Rima da UHE Boaventura propõe em pensar todo o contexto da região?

Ou seja, sabemos que os peixes não conseguirão subir o rio para desova. Mas, isso é um problema somente daquela espécie de peixe, que deixa de existir no rio? Se pensarmos que somos um sistema, e que nele mantemos diferentes relações, nos daremos conta que esses peixes que morrem refletem na qualidade da água, na cadeia de peixes onde um se alimenta do outro, nos pássaros e demais animais que se alimentam desse peixe, na vida do pescador deixando de tirar do rio o seu sustento, deixando de ter dinheiro para consumir no comércio local, e ir morar na periferia das cidades sem emprego, tornando-se mais uma vítima social do modelo de desenvolvimentista que vivemos. Assim, nos damos conta que o peixe, que denominamos de uma parte, é apenas um padrão numa teia inseparável de relações. Ou seja, mais importante que o peixe, deveria ser a suas relações com os demais seres do rio e de fora dele.

A sobrevivência não é absolutamente uma entidade, mas um modelo de organização adotado por um organismo em suas interações com o meio ambiente. O que se preserva numa região selvagem não são as árvores ou organismos individuais, mas a teia complexa de

relação entre eles. A natureza do todo é sempre diferente da mera soma de suas partes. Nós, homens, somos parte desse todo.

Devemos pensar na questão ambiental assim, como um sistema. Muitas pessoas dizem: precisamos de energia elétrica para ligar nosso ar condicionado e a nossa geladeira. Mas, porque o mundo está tão quente, porque o clima está tão seco? São efeitos da degradação ambiental, da emissão de gases, do efeito estufa, ou seja, da destruição ambiental. Então, nos propomos a mais um projeto de degradação ambiental e social, para usarmos mais energia elétrica, emitirmos mais gases no ambiente, e conseqüentemente tornarmos o clima ainda mais quente. Ou seja, nunca teremos energia suficiente para atender a demanda de conforto de uma sociedade com o seu sistema ambiental em desequilíbrio.

Mas, como é o capital que importa nesse projeto, podemos pensar nele inserido no sistema da vida. A ECBrazil diz injetar significativo orçamento na economia regional em pagamento de salários, a cerca de 300 empregados que trabalharão na obra durante os dois anos de construção. Destaque esses trabalhadores irão estar em atividade durante apenas 2 anos. Porém, vamos pensar quanta renda deixarão de produzir os pescadores que não terão mais o peixe do rio das Garças para vender. Quanta renda deixará de produzir as propriedades rurais que serão alagadas na beira do reservatório, que já são áreas agricultáveis e de pecuária? Quantos milhares de reais deixarão de ficar nos espaços das praias do rio das Garças em toda temporada de praia? Podemos citar, somente uma destas praias, a da Arara, que em todos os meses de julho e agosto recebe milhares de pessoas consumindo comidas, bebidas, andando de barco, de caiaque e comprando outros bens de temporada. Grande parte dessas pessoas vem de outros estados e região e deixam aqui seus recursos, tornando a região e o turismo mais ricos. Não temos como contabilizar quanto os pescadores, os produtores rurais e os exploradores do turismo nas praias deixarão de ganhar, até porque essas atividades não se limitam há apenas dois anos. Porém será que não será muito mais do que os dez milhões de reais a serem injetados durante dois anos, considerando que essas atividades tem potencial para serem desenvolvidas por muitos anos ainda.

PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO PROJETO UHE BOAVENTURA

As audiências públicas, convocadas e organizadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), foram publicadas no Diário Oficial nº 26799, em Edital específico para tal, na data de 16 de junho de 2016, informando a disponibilidade do Eia Rima para consulta no sítio da Sema, e em versão física na sede da secretaria em Cuiabá.

Das três audiências públicas, a primeira foi realizada na cidade de General Carneiro, no dia 03 de agosto de 2016, às 19h30, no Ginásio de Esportes Odenir Leite. A segunda e a terceira nas cidades de Pontal do Araguaia e Barra do Garças, no dia 04 de agosto de 2016, às 10h, no auditório da UFMT e às 19h30 no auditório Fernando Peres de Faria respectivamente.

As duas primeiras audiências públicas, citadas acima, tiveram baixa participação popular, sobretudo da comunidade direta e indiretamente impactada pelo projeto da UHE Boaventura. Como exemplo, destaca-se a não participação dos povos indígenas Bororo e

Xavante. Já na audiência de Barra do Garças a população manifestou-se contrária a construção da hidrelétrica com a apresentação de cartazes, questionamentos e gritos de repúdio ao projeto. Os indígenas e pescadores, mesmo em número reduzido, se fizeram presentes. Um representante indígena Xavante se posicionou rapidamente destacando a ausência dos estudos do componente indígena no Eia-Rima, lembrando o direito de livre participação e consulta prévia em empreendimentos desse porte quando afetam terras e territórios indígenas e seus recursos.

Figura 1 – Fotos das audiências públicas realizadas pela Sema-MT, nos dias 03 e 04/09/16



Destaca-se ainda que a forma de participação da comunidade local nas audiências organizadas pela Sema foi através do envio de perguntas escritas a mesa organizadora, excluindo a expressão oral e reduzindo a intervenção na atividades apenas aos letrados. Somente no final das audiências as pessoas puderam manifestar-se oralmente e somente os integrantes da mesa (formada por representantes da Sema e da empresa empreendedora) puderam responder a questionamentos.

Já a audiência organizada pela Câmara de Vereadores, após abertura de inquérito civil nº 1.20.004.000049/2013-15 pelo Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria da República no Município de Barra do Garças, no dia 10 de agosto, obteve maior êxito quanto a participação popular, incluindo os povos indígenas.

De forma distinta das três primeiras audiências oficiais, esta audiência apresentou como principal mudança, a participação geral e irrestrita da comunidade local com direito a voz em dois formatos. Primeiramente, com a abertura de 10 inscrições de 10 minutos para cada inscrito, com exposições mais longas que apresentaram contrapontos aos estudos de impacto ambiental e posteriormente as inscrições livres de até 3 minutos para perguntas.

Nessa audiência, destacou-se a expressiva participação do povo Bororo da Terra Indígena (TI) Merure e de parte do povo Xavante da TI São Marcos, conforme Figura 2. Essas terras indígenas tem significativa proximidade com a área do empreendimento da UHE Boaventura, conforme a Tabela 1, obrigando os empreendedores a realizar o componente indígena do Eia Rima, devido a proximidade das terras indígenas com o empreendimento.

Figura 2 – Fotos da audiência pública realizada a pedido do MPF



Tabela 1 – Terras indígenas localizadas nos municípios de Barra do Garças e General Carneiro

| Município | Terra Indígena | Área/ha | Distância do empreendimento para o eixo do reservatório |
|------------------------------------|--------------------------|------------|---|
| Barra do Garças | São Marcos | 188.478,26 | 51, 90 Km |
| General Carneiro e Barra do Garças | Merure | 82.301,13 | 52,72 Km |
| General Carneiro | Sangradouro/Volta Grande | 100.280,39 | 140,33 Km |

Fonte: CET, EIA, v. 2, (2015, p. 380).

A presença de lideranças indígenas na audiência da Câmara de Vereadores, além de representantes da sociedade civil organizada, de ONGs, instituições de ensino, ambientalistas e pesquisadores da comunidade científica local trouxe novas considerações críticas contra o projeto de usina hidrelétrica no rio das Garças, trazendo elementos socioculturais, e cosmológicos que escapam da análise técnica do Eia-Rima, e que via de regra, violentam o patrimônio cultural e ambiental das comunidades tradicionais e povos indígenas. Um dos depoimentos que causou grande comoção foi o do líder Bororo (*Boe*), Adriano Boro Makuda.

Adriano (Bororo) iniciou as intervenções para dar voz aos povos indígenas presentes no auditório, apresentando a cultura de seu povo, e as formas de representação do mundo Bororo, do físico ao cosmológico, explicou a importância da natureza e em especial das águas e da vida a partir do rio das Garças:

Nesse momento **estou fazendo é a voz do rio Garças pedindo socorro**, pedindo a liberdade, pedindo a saúde. [...] A água pra nós é um rio, é um espírito, o rio Garças pra nós é um espírito, porque lá mora nossos [...] espíritos das águas. Moram lá no rio Garças. O Boto é um espírito pra nós (grifo nosso).

A relação e respeito com os antepassados também foi expressada pelo indígena, que relatou a existência de uma lagoa, alimentada pelo rio das Garças, que pode ser chamada de cemitério. Adriano questionou:

pois lá estão enterrados os nossos ancestrais, os nossos guerreiros. Porque lá nós fazemos nossos rituais. Ninguém gosta, por exemplo, que a gente sai daqui pro cemitério e destruir o túmulo. Porque nos fere. Fere nosso sentimento, fere nosso modo ser, de fazer e de viver como povo, como ser no território. É a mesma coisa, nós no nosso território Mereure. É ferir conosco mesmo, nosso sentimento”, disse Adriano. Para o povo bororo a inundação ou destruição da lagoa, “ é também o nosso modo de ser e de viver sendo destruído.

A visão sistêmica dos indígenas mostra a compreensão na prática dos princípios teóricos acima abordados.

A gente fala de impacto direto e indireto. Os grandes empreendedores falam, vai ser um impacto indireto. Será que será impacto indireto mesmo? Será que esse impacto indireto, falado pelos grandes empreendedores, será que não tá sendo direto a nós? Porque todo nosso sistema organizacional tá ligado com o nosso parente rio, com nosso irmão árvore, com o vento, o sol.[...]. **Então se você colocar uma hidrelétrica no rio, tá aprisionando um parente nosso.** É como um monstro aprisionando parente nosso. E dessa forma o rio tem que está livre, sadio, com saúde pra poder a gente fazer uma boa pescaria. Pra nos poder fazer uma boa caçada na beira do rio. Pra nós poder pegar nossas ervas medicinais na beira do rio. Para poder os rios entrarem no rio Garças e todos os rios que estão no nosso território tem um significado. Tem um ser um espírito. Então dessa forma, e dessa maneira a qual eu estou expondo pra vocês, o impacto vem direto, não tem impacto indireto (Depoimento de Adriano Boro Makuda, grifo nosso).

Para encerrar, Adriano enfatiza a luta permanente pelo território *Boe* e destaca o impacto que já sofre a comunidade indígena da Terra Indígena Mereure:

Estamos preocupados! Nós estamos tristes! Nós estamos em guerra com isso! Até o ultimo guerreiro que existir nós estaremos lutando pra que não seja construída essa hidrelétrica. Porque o impacto é direto! E dessa forma o nosso mundo físico e o nosso mundo espiritual, nosso modo de ser, fazer, viver como *Boe*. A gente esta aqui nesse momento, pra poder somar com as pessoas que estão conosco nessa batalha, nessa luta, **em prol do nosso parente, em prol do nosso rio Garças** (grifo nosso).

Já o povo Xavante, representado por lideranças, como Lucio Waane A’uwe da TI São Marcos e o cacique José Maria, demonstraram preocupação com os impactos no rio Barreiro, afetando aldeias que dependem dos recursos desse afluente do rio das Garças. Além disso, se solidarizaram com os parentes Bororo frente aos impactos diretos que as aldeias da TI Merure sofrerão, caso a barragem seja construída. Os indígenas posicionaram-se contrários ao empreendimento que também afetará a subsistência de algumas aldeias Xavante.

Para além de um recurso pesqueiro, imprescindível para sobrevivência das comunidades indígenas de diversas aldeias da TI Merure destacou-se no depoimento dos indígenas presentes a estrutura social e a visão de mundo para os Bororo a partir de sua singular cosmovisão. Nesse sentido, Leff ao debater a racionalidade ambiental reflete o resgate da identidade étnica do ser indígena:

O indígena ressignifica sua história e recoloca seu ser em um mundo complexificado como o Outro da globalização econômica e da economia globalizada. Diante das estratégias de capitalização da natureza e da cultura, o ser indígena se situa dentro do discurso da sustentabilidade, da globalização, da democracia; posiciona-se em face das estratégias de controle de seu patrimônio natural para reafirmar suas identidades e reclamando sua autonomia como seu direito de ser e seu direito ao território (LEFF, 2006, p. 299).

A apresentação do Eia-Rima pelos empreendedores da Energias Complementares do Brasil Geração de Energia Elétrica S.A. (ECBrasil) e da Empresa Consultora Centro Tecnológico de Engenharia Ltda. (CTE) demonstrou a ausência das rubricas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Fundação Nacional do Índio (Funai), exigidos pela legislação vigente, portanto, limitando a ampla análise dos impactos que poderiam ser observadas e discutidos em conjunto com a comunidade local. Ou seja, os povos indígenas ainda não foram ouvidos oficialmente sobre os impactos desse empreendimento nas suas vidas, território e ambiente. Considerando que nesta última audiência, com a participação expressiva dos indígenas da TI Mereure e São Marcos e também da comunidade local, nenhum representante do empreendimento estava presente. Ou seja, a audiência foi exigida pelo MPF, a comunidade afetada participou e nenhum representante da empresa estava presente. Na verdadeira audiência pública, onde o público pode participar, os responsáveis pelo projeto não estavam, demonstrando falta de respeito com a comunidade local.

CRITICAS AO EIA RIMA E A ORGANIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA CONTRA A BARRAGEM

Dentre as inconsistências no Eia Rima, observa-se a ausência de diagnósticos sistemáticos que verifiquem as possibilidades de mudanças na paisagem local do rio das Garças, sobretudo quanto à formação de praias, fundamentais para o setor econômico do turismo da região. Dentre as praias mais importantes da região, Praia da Arara, a jusante da possível barragem, não se menciona as possibilidades de perda da mesma, ou de mudança no processo de deposição naquele ponto. Outras praias ainda podem ser modificadas caso tenhamos o controle do fluxo de águas pela barragem afetando toda a cadeia econômica. No Eia Rima diz de forma superficial, aspectos que nas audiências foram negados:

período de alta temporada, julho a agosto, quando as águas do rio reduzem e aparecem as 'prainhas'. Na AID do empreendimento possui uma praia legalizada, 'praia do Delore', [...] e ainda que não possua infraestrutura para atendimento à turistas, nos períodos de temporada o local é procurado para acampamentos. A formação das 'prainhas' será afetada pelo reservatório e estabelecimento da futura APP do mesmo, alterando a paisagem local e restringindo, além do uso para lazer e entretenimento, a renda obtida neste período do ano com os acampamentos (CTE, EIA, v. 4, 2015, p. 76).

As descrições acerca das "prainhas" no Rio das Garças não mencionam a diversidade de atividades socioeconômicas e socioculturais desenvolvidas na alta temporada de praias da bacia do Alto Araguaia. Sequer menciona a importância da praia das Araras, como atrativo

turístico e divisor de renda para comunidade local. O que demonstra desconhecimento das potencialidades turísticas e suas consequências para a localidade.

A apresentação do Eia Rima não analisa o patrimônio arqueológico da bacia do rio das Garças que pode ser identificado com uma simples consulta ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Iphan. O Rima indica 9 sítios arqueológicos registrados pelo município de Barra do Garças a partir do banco de dados do Iphan, no entanto, não aponta a localização, o tipo de sítios e as possibilidades de impacto sobre o patrimônio arqueológico. Desta forma, concluímos que não foram realizados estudos conclusivos e propostas de preservação desses sítios.

O Eia Rima identifica 108 propriedades que serão diretamente afetadas pela UHE Boaventura, sendo 74 na margem esquerda e 34 na margem direita, e por município, 36 em Barra do Garças, 38 em General Carneiro e 34 em Pontal do Araguaia. O Rima destaca que dessas propriedades, as pessoas que dela dependem, ou seja, da terra, a utilizam predominantemente para pecuária e agricultura de subsistência.

O que nos chama atenção é a visão simplista que o Rima traz quando trata da relação com a terra dessas pessoas. Ao quantificar números de propriedades, o Rima indica uma visão elitista, como se julgasse a dependência econômica, social e cultural dessas terras apenas para os “proprietários” e não para os que nessas terras vivem e dependem, mesmo sem a posse legal da terra, como os trabalhadores rurais, os pescadores proprietários e pescadores sazonais, que igualmente dependem do Rio das Garças.

A Associação Colônia dos Pescadores Z-9, sediada no município de Barra do Garças, é a maior associação do segmento na região do Alto Araguaia, representando pescadores profissionais e artesanais nos municípios direta e indiretamente afetados pelo projeto da UHE Boaventura. No Eia Rima, os impactos que esse grupo de pescadores, que somam mais de 800 famílias, não são aprofundados. Diz no relatório que “poderão ocorrer alterações nas práticas de pesca artesanal e profissional [...] foram diagnosticados três proprietários na AID filiados à Colônia de Pescadores Z-9 e que tiram seu sustento da pesca” (CET, EIA, v. 4, 2016, p. 75). Que alterações são essas? E os outros pescadores, que mesmo não sendo proprietários, dependem da pesca para sobreviver?

Em visita a Associação, buscamos resgatar informações acerca do diálogo construído com os empreendedores da UHE Boaventura. Nos foi relatado a organização de uma reunião com alguns pescadores, realizada em 23 de julho de 2015, para que os empreendedores pudessem expor o projeto. Nesta reunião, que teve pequena presença de pescadores, não foi aprovado nenhum posicionamento da colônia de pescadores sobre o projeto.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra do Garças, que congrega chacareiros, posseiros, hortifrutigranjeiros, assentados, assalariados, meeiros, arrendatários, é reconhecido por sua atuação nos municípios diretamente afetados, e mesmo assim, os empreendedores não tiveram nenhuma aproximação dialógica para com o sindicato ou o conjunto organizados dos trabalhadores rurais por ele representado durante o período de estudos de impacto do empreendimento.

Dessa forma, a resistência contra o projeto de barragem da UHE Boaventura, se constitui a partir da notícia de realização das audiências públicas do empreendimento nos três municípios diretamente afetados. A identidade de resistência é formada a partir de um repertório comum de posições ambientalistas de instituições públicas ligadas à educação,

organizações não governamentais ambientalistas, associações indígenas, pequenos agricultores, professores, estudantes e comunidade científica local. Imbuídos pelo deficiente processo democrático no processo de inventário do Setor Elétrico que projeta estudos de viabilidade para 13 barragens na bacia do rio das Garças, emerge a Frente Popular Rios Vivos (FPRV), organizando ações que objetivam inviabilizar o empreendimento.

Para tanto a FPRV realiza ações estratégicas com o objetivo de mobilizar a sociedade sobre os impactos que a usina pode trazer as comunidades locais, afetando as diferentes formas de relação que se estabelecem com o rio das Garças, tanto no âmbito econômico, de lazer, abastecimento como da cultura tradicional e espiritual que o rio representa. Dentre as ações, destaca-se a participação junto à comunidade científica local auxiliando o Ministério Público Estadual e Federal com a apresentação de um contra laudo que rebate o Eia Rima apresentado pelos empreendedores e consultores ambientais. Além disso, está em construção a proposição de um projeto de lei de iniciativa popular que torna o rio das Garças patrimônio natural e cultural do município de Barra do Garças, envolvendo a comunidade local num amplo debate sobre os impactos negativos que podem trazer uma barragem na região, para a cultura, natureza e a saúde dos diferentes grupos sociais. Dentre as ações destacam-se os mutirões nos bairros populares da cidade com a mobilização social para um levante sobre as questões ambientais de forma ampla na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando destacamos dois dos mais impactados segmentos da classe trabalhadora rural da região, os pescadores organizados na Colônia de Pescadores Z-9 e os trabalhadores rurais, representados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra do Garças, fica evidente a linguagem de valoração socioeconômica do Eia Rima da UHE Boaventura, e a centralidade na concepção territorial-patrimonialista do atingido pela barragem. O Rima valoriza destacadamente os proprietários de terras diretamente afetadas (inundados) “e que nelas não residem”, buscando antecipar melhores condições para os empreendedores justificarem indenizações com a justificativa de uma obra de possível “interesse público”. O Eia Rima busca caracterizar os aspectos socioeconômicos a partir daqueles que tem a posse legal das terras, mas que dela “pouco dependem”. Dessa forma o Eia Rima pormenoriza os impactos para ganhar argumentos densos que fariam prevalecer um suposto “interesse público” acerca do empreendimento.

Quando os empreendedores e consultores ambientais expõem o projeto, destaca-se a dimensão economicista de forma dominante, fazendo pouco caso dos impactos e deslocamentos econômicos e dos modos de vida que as comunidades locais e regionais sofrerão. Outro aspecto não abordado com a densidade necessária é a variável temporal dos impactos do empreendimento, que causa impacto em diferentes grupos sociais, antes das obras, durante a instalação do empreendimento e após o enchimento do reservatório.

Uma dimensão pouco discutida ainda, refere-se à espacialidade e a territorialidade dos grupos e indivíduos que vivem na comunidade ao se expressam nas audiências públicas. Nesse sentido, percebe-se que o território ganha significado para além das bases econômicas, demonstrando uma sociabilidade de raiz identitária profunda e de relações de afetividade com esse espaço social.

Para os grupos sociais de pescadores, trabalhadores rurais, e para a comunidade local que usufrui das belezas naturais do rio das Garças, seja das praias com seu particular regime hídrico pode ocorrer um deslocamento físico e econômico, alterando os seus modos de vida. Já para os povos indígenas, o rio das Garças, as plantas medicinais dos vales, a caça significa a sobrevivência desses povos, lugar de morada dos antepassados e dos espíritos. Para eles esse território é sagrado!

REFERÊNCIAS

BORO MAKUDA, Adriano. **Depoimento realizado em audiência pública sobre o projeto da UHE Boaventura**. Barra do Garças-MT: Câmara de Vereadores. Em: 10 ago 2016.

CAPRA, F. **As conexões ocultas**: Ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

CTE. Centro Tecnológico de Engenharia Ltda. **Usina Hidrelétrica Boaventura**. Estudo de Impacto Ambiental – EIA, v. 1. Goiânia: CTE, 2015.

_____. Centro Tecnológico de Engenharia Ltda. **Usina Hidrelétrica Boaventura**. Estudo de Impacto Ambiental – EIA, v. 2. Goiânia: CTE, 2015.

_____. Centro Tecnológico de Engenharia Ltda. **Usina Hidrelétrica Boaventura**. Estudo de Impacto Ambiental – EIA, v. 4. Goiânia: CTE, 2015.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LITTLE, Paul E. Os Conflitos Socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, Marcel (Org.) **A Difícil Sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamons, 2001.

MARTINEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valorização. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Geografia dos Conflitos Sociais na América Latina e Caribe**. Relatório Técnico (final). Niterói: Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidade - Lemto, 2015. (mimeo)

VAINER, C. Conceito de “atingido”: uma revisão do debate e diretrizes. In: ROTHMAN, F. D. (Org.) **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento barragens. Viçosa: Ed. UFV, 2008. p. 39-70.